

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Notas	2
VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Samarco recorre a novo lay off	2
Título: Engie diz ter mais de 15 interessados em térmicas a carvão	3
Título: CCEE derruba liminar de comercializadoras sobre GSF	5
Título: Migração de consumidores especiais deve cair neste ano	7
Título: CSN recorre à CVM e anula plano de eleição para conselho	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / Colunas**Autor:****Título:** Notas

Para depois?

Após a falta de consenso em seu Conselho de Administração, a Cemig colocou em compasso de espera a oferta de ações da Light. A companhia já havia contratado os bancos de investimento para a realização de sua oferta subsequente (follow on), no segundo semestre do ano. A operação era com esforços restritos – direcionada para investidores qualificados – e os bancos já haviam iniciado as primeiras conversas, ainda informais, com potenciais compradores.

Dificuldades.

A Light já vinha enfrentando dificuldades para conseguir realizar a venda de ações. A assembleia extraordinária de acionistas convocada para deliberar sobre mudanças no estatuto que permitiriam a execução da oferta não foi realizada por falta de quórum. Uma das mudanças propostas, a inclusão de uma cláusula específica para criar a obrigação de realização de oferta pública de aquisição (OPA) caso algum acionista obtenha 25% do capital da empresa, tinha sido contestada por um conselheiro independente. Ele considerou a ideia contrária aos interesses dos acionistas não controladores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Marcos de Moura**Título:** Samarco recorre a novo lay off

Sindicatos que reúnem trabalhadores da mineradora Samarco em Minas Gerais e Espírito Santo aprovaram ontem, em assembleias, a proposta da empresa de suspender temporariamente contratos de uma parte de seus 1.800 funcionários.

O chamado "lay off" é uma forma, segundo a empresa, de preservar empregos e reduzir custos. Parada desde novembro de 2015, depois que uma de suas barragens de rejeito de minério de ferro se rompeu em Mariana (MG), a Samarco tinha a perspectiva de retomar suas atividades no fim do ano, mas agora já considera que esse cenário cada vez mais improvável.

Não foi divulgado quantos funcionários serão afetados, mas o sindicato de Mariana diz que a empresa (pertencente à Vale e à BHP Billiton) já afirmou que

serão cerca de 1.000. Além de Mariana, houve assembleias em Matipó (MG) e Ubu (ES). Essa será a terceira vez que o "lay off" será adotado pela companhia desde a tragédia que matou 19 pessoas e deixou rastro de danos ambientais que se estendeu de Minas à costa capixaba.

"Os empregados estão entendendo que é uma ação que precisamos tomar. Não posso continuar com 1.800 pessoas. Nem temos o que fazer com essas pessoas", disse o diretor-presidente da Samarco, Roberto Carvalho ao Valor, antes do resultado das assembleias.

Quem for colocado em "lay off" receberá bolsa de qualificação profissional, ajuda compensatória mensal, entre outros benefícios. A medida começa a valer em 1º de junho e vai até 31 de julho e poderá ser estendida por até três meses.

A empresa vinha considerando que seria possível obter licenças em tempo hábil de voltar a operar no fim do ano. Mas um impasse com a prefeitura de Santa Bárbara, uma das cidades próximas da mina da empresa em Mariana, está forçando a empresa a rever os planos.

A Samarco capta água num rio da cidade e vive uma discórdia com a prefeitura quanto ao impacto dessa captação sobre eventuais medidas compensatórias. A empresa sequer deu entrada em um pedido de licença estadual de seu empreendimento em Mariana porque precisa de uma carta de conformidade que a prefeitura se recusa a assinar enquanto não resolve a disputa. Sem a licença, a empresa não pode voltar a operar.

"Não gosto de desistir", disse Carvalho. "Eu continuo acreditando e tentando desenrolar essas questões o mais rápido possível para estar em condições de voltar no fim de 2017", disse. "Mas sei dos limites. O tempo vai passando e vai ficando mais difícil."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Engie diz ter mais de 15 interessados em térmicas a carvão

Mais de 15 empresas manifestaram interesse nos ativos de geração a carvão colocados à venda pela Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia), até o momento. Segundo o diretor-presidente da companhia, Eduardo Sattamini, a etapa de sondagem de mercado ainda está em andamento.

"Ainda estamos no processo de recebimento dos acordos de confidencialidade. Hoje já temos mais de 15 interessados com acordo assinado ou em processo de assinatura", disse o executivo, ao Valor. "A sondagem de mercado segue em curso. Quando essa fase se encerrar, iremos enviar informações detalhadas sobre os ativos aos interessados, dando continuidade à operação."

Os ativos à venda são o complexo termelétrico de Jorge Lacerda (SC), de 857 megawatts (MW) de capacidade, e o projeto da usina Pampa Sul (RS), de 340 MW, que está com 55% das obras concluídas e tem previsão de início de operação no fim de 2018. Pampa Sul tem investimento previsto de R\$ 1,8 bilhão e receita anual fixa de R\$ 590 milhões.

A medida faz parte da estratégia do grupo franco-belga Engie de descarbonização de seu parque gerador e de ampliar a atuação em geração distribuída.

Com relação ao setor de transmissão de energia, a Engie continua interessada no segmento, mesmo após sair do leilão de segunda-feira sem arrematar nenhum lote. "Infelizmente não conseguimos ganhar nenhum lote. No final, foi muito bom o processo. Estávamos competitivos. No lote número 1, o maior deles, chegamos a disputar no [na etapa de] viva-voz. [...] Fomos até o limite que consideramos razoável para gerar valor", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da empresa, Carlos Freiras. "Vamos continuar analisando com carinho a entrada em transmissão", completou, em teleconferência com analistas sobre os resultados da empresa no primeiro trimestre.

Neste período, a empresa obteve lucro líquido de R\$ 450,7 milhões, 29,8% superior aos três primeiros meses de 2016. Na mesma comparação, a receita operacional líquida cresceu 0,2%, para R\$ 1,606 bilhão, e o Ebitda saltou 11,7%, para R\$ 885,5 milhões.

Freitas também disse que a companhia continua olhando oportunidades de aquisições no setor elétrico. Segundo ele, a empresa tem espaço para aumentar a alavancagem e a eficiência de seu balanço financeiro.

Um movimento nesse sentido já é esperado: a incorporação da fatia de 40% da holding Engie na usina de Jirau, de 3.750 MW de capacidade, no rio Madeira (RO), prevista para começar ainda neste ano.

O executivo contou ainda que a companhia manterá uma parcela da ordem de 9% de energia de sua carteira descontratada, para lidar com as incertezas em relação ao déficit de geração hídrica, medido pela escala GSF (na sigla em inglês). "Achamos que manter 9% de energia disponível não vendida é um nível razoável para enfrentar dúvidas em relação a GSF e PLD [Preço de Liquidação de Diferenças, utilizado na liquidação do mercado de curto prazo]".

Na avaliação do Credit Suisse, a Engie, assim como outras geradoras hidrelétricas, deve ser pressionada pela alta dos preços de energia no mercado à vista e pelo maior risco hidrológico ao longo deste ano. Os resultados da companhia vieram em linha com o esperado pelo banco, refletindo o impacto da maior alocação de contratos de hidrelétricas neste trimestre. Com isso, a Engie conseguiu um bom resultado no mercado de curto prazo, apesar de ela mesma ter alocado um volume menor de energia no período.

Apesar do resultado, o Credit Suisse mantém recomendação de venda para as ações, por esperar que o GSF e os preços altos de energia vão pressionar os geradores hidrelétricos. Para o banco, a Engie deve ficar exposta a esses problemas, apesar de ter baixo endividamento e ser bem sucedida na gestão de contratos.

Com relação ao mercado, após a queda de 0,9% das vendas de energia no primeiro trimestre de 2017, ante igual período do ano passado, Freitas disse esperar uma melhora ao longo do ano. "O setor industrial está começando a melhorar. Esperamos ao longo do ano uma performance melhor da venda de energia".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: R.P.

Título: CCEE derruba liminar de comercializadoras sobre GSF

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) conseguiu derrubar liminar que garantia que a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) tivesse prioridade no recebimento dos créditos nas liquidações do mercado de curto prazo de energia. A informação foi antecipada pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, na tarde de terça-feira.

A liminar em questão protegia os associados da Abraceel dos efeitos das decisões judiciais obtidas por hidrelétricas limitando os efeitos do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês).

"É de se ressaltar que as liminares que afastaram parcial ou totalmente o fator GSF não criaram a energia elétrica a ser alocada aos geradores, mas fizeram com que outros geradores arcassem com o custo da energia não gerada pelas usinas com liminar", escreveu o juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira, na decisão.

Na prática, a Abraceel conseguia receber com prioridade os créditos nas liquidações da CCEE. Isso era necessário pois, como há liminares que limitam os

efeitos do risco hidrológico, há um montante em aberto de R\$ 1,6 bilhão nas liquidações da CCEE - valor que não está sendo pago por geradores expostos ao GSF e que estão protegidos por decisões judiciais.

Como há um montante em aberto, os agentes credores acabam participando do chamado "rateio da inadimplência".

"Perdemos a liminar que protegia os associados da Abraceel contra outras liminares, inclusive a do GSF", disse Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel.

A decisão foi obtida pela CCEE em segunda instância, mas ainda não é definitiva. Outros desembargadores ainda precisam apreciar o tema antes de uma sentença.

A Abraceel ainda está avaliando quais medidas tomar. "Evidentemente, vamos analisar a possibilidade de tentar reverter a decisão judicialmente", disse Medeiros.

Segundo o presidente da Comerc, Cristopher Vlavianos, as comercializadoras e distribuidoras de energia que estão com sobreoferta são reféns dessa inadimplência no mercado de curto prazo. "A inadimplência está no MRE [Mecanismo de Realocação de Energia, sistema que compartilha o risco hidrológico de usinas]. As comercializadoras e distribuidoras não têm ingerência sobre isso. É um problema localizado no gerador hidrelétrico."

Com a queda da liminar da Abraceel, a Abraget, que representa as termelétricas, é a única associação que ainda tem uma decisão judicial garantindo a prioridade no recebimento dos créditos nas liquidações do mercado de curto prazo de energia.

"No nosso caso, a situação é bem diferente. Um gerador térmico fica exposto na CCEE quando é despachado fora da ordem de mérito, e alguém tem que remunerar o combustível que eu compro para gerar", disse Xisto Vieira Filho, presidente da Abraget.

De acordo com uma fonte do mercado de energia, o "rateio da inadimplência" privilegiava alguns agentes que estavam protegidos por decisões judiciais. "Os comercializadores estavam recebendo entre 85% e 90% dos créditos que tinham na liquidação do mercado de curto prazo, enquanto os agentes não protegidos por liminar não recebiam nada", afirmou.

"As comercializadoras vão deixar de ter preferência para serem credores normais da CCEE", completou a fonte.

Ainda de acordo com ela, algumas comercializadoras podem optar por vender energia com desconto, para não ficarem como credoras na liquidação do

mercado de curto prazo da CCEE. Para essas empresas, é melhor receber um pouco menos agora do que ter direito a um crédito do qual não têm perspectiva de quando receberão. Por outro lado, a remuneração da inadimplência é interessante, para quem preferir aguardar, pois inclui multas e juros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Migração de consumidores especiais deve cair neste ano

A forte onda de migração de consumidores especiais para o mercado livre de energia praticamente esgotou o lastro de energia incentivada existente para 2017, segundo um levantamento feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e obtido com exclusividade pelo Valor.

A energia incentivada é aquela gerada por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) ou de fontes especiais, como eólica, biomassa e solar. A falta de lastro desse tipo de energia aumenta ainda mais a diferença entre o preço desses contratos em relação aos de energia convencional, que já tiveram alta nos últimos meses. Com isso, a migração de consumidores para o mercado livre deve passar por uma pausa neste ano.

Ao longo de 2016, a CCEE registrou 4.096 novas cargas de consumidores especiais - aqueles com demanda entre 0,5 megawatts (MW) a 3 MW e tem o direito de adquirir energia de fontes incentivadas. Desse total, 91% são de pequeno porte, com consumo de até 1 megawatt (MW) médio.

Esse movimento representou um acréscimo de 1.732 MW médios de consumo de energia de fontes incentivadas em 2016.

Inicialmente, a CCEE calculava que haveria uma sobra de 815 MW médios ainda, que poderia suportar a continuação da migração de consumidores especiais. As mudanças em contratos no mercado livre, entre outros fatores, reduziram essa sobra para 140 MW médios em 2017.

"No nosso entendimento, pela situação que observamos no primeiro trimestre, não haveria mais espaço para migração em 2017", disse Roberto Castro, conselheiro da CCEE.

Nos primeiros meses do ano, a demanda por esse tipo de energia já chegou a superar a disponibilidade de lastro, devido à estratégia de sazonalização das comercializadoras e geradoras de energia. Em janeiro, por exemplo, a garantia

física disponível de fontes incentivadas somava 6.925 MW médios, contra 7.195 MW médios contratados.

De acordo com Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia, um dos motivos para o déficit de lastro de energia incentivada nesse início de ano é a sazonalização dos contratos a partir de maio, quando entrarão em vigor novos parâmetros de aversão ao risco no cálculo do preço de liquidação das diferenças (PLD, referência das operações no mercado à vista de energia).

"A questão não é tanto a disponibilidade de incentivada, mas o preço da energia", disse Vlavianos.

Como há oferta de energia de fontes convencionais, o cenário reforça ainda mais a diferença de preços entre as fontes, inviabilizando a continuação das migrações de consumidores especiais.

"No começo deste ano, a energia incentivada já ficou muito mais cara que a convencional, o que retrata que há uma oferta menor", disse Reinaldo Ribas, gerente de gestão de clientes da Delta Energia. Segundo ele, a diferença entre as duas fontes está na faixa de R\$ 50 a R\$ 60 por megawatt-hora (MWh).

A tendência é que a diferença vá subindo até que a migração do consumidor especial fique inviável, explicou Ribas. Há uma "liquidez razoável" de contratos de incentivada para 2018 e 2019, "mas vão ter que pagar o spread, o preço alto", afirmou.

"Estamos com alguns processos de migração em aberto, mas é importante observar que houve uma queda acentuada no consumo médio esperado desses consumidores", disse Castro. A CCEE tem 630 processos de migração em aberto neste momento.

Ainda há consumidores querendo migrar, "mas a maior parte enxerga que o preço pode estar em um momento de alta. Quem está com o processo aberto já tem energia contratada", disse Ribas.

Segundo Vlavianos, o movimento de migrações sofreu uma redução nos últimos meses. "Migrar um consumidor com esse preço, nesses patamares bem mais altos do que tínhamos antes, é um movimento que não vale muito a pena fazer", disse ele. Ele lembrou que o cenário no início do ano passado era outro, com possibilidade de economia mínima de 20% a 25% com a adesão ao mercado livre, devido aos preços mais baixos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás**Título: CSN recorre à CVM e anula plano de eleição para conselho**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) recorreu no início do mês à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais brasileiro, e conseguiu cancelar a eleição de conselheiros agenda pela Usiminas. A escolha de novos membros do conselho de administração, bem como a eleição de novo presidente do colegiado, estava marcada para ocorrer na assembleia geral ordinária (AGO) de hoje.

Segundo o ofício emitido pela autarquia, a CSN poderá manter o conselheiro Gesner Oliveira, indicado por ela na eleição do ano passado. O documento diz que não é necessária uma nova eleição para todos os eleitos em voto múltiplo caso haja suplente autorizado para assumir o posto. Ainda cabe recurso, a ser enviado em até 15 dias para a autarquia.

A CSN, maior acionista da Usiminas fora do bloco de controle, havia perdido no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) o direito de participar da AGO. Assim, como a siderúrgica mineira pretendia escolher novos representantes para todas as cadeiras que foram ocupadas com voto múltiplo em assembleia do ano passado, não conseguiria substituir Oliveira.

O argumento da administração da Usiminas, conforme documento Proposta para a AGO, era de que os integrantes do conselho eleitos por voto múltiplo precisariam ser substituídos após o falecimento de Paulo Penido Marques e devido à renúncia de Fumihiko Wada, os dois membros indicados pela Nippon Steel & Sumitomo Metal. A CVM disse que não.

"Entende-se que, nos casos de vacância de membros titulares do conselho de administração eleitos pelo processo de voto múltiplo, por outra razão que não a destituição pela assembleia geral, havendo membro suplente eleito pelo acionista que elegeu o conselheiro titular, não há necessidade de se realizar nova eleição de todos os membros", informa no ofício 141/2017.

Como as vagas de conselheiros efetivos e suplentes estão preenchidas, a CVM permite que Oliveira fique no cargo até 2018, seu mandato original. Ricardo Weiss, outro conselheiro da CSN, eleito por voto em separado, também tem mandato até o próximo ano.

Procurada, a Usiminas informou apenas que a AGO de amanhã está mantida. A Nippon Steel informou que "no momento, vai respeitar a decisão da CVM". A Ternium-Techint não se pronunciou.

MME / ASCOM .